

SUMÁRIO

<i>Agradecimento</i>	5
<i>Dedicatória</i>	7

I – EU, PROCESSUALISTA

Parte I – O Processo e Eu

<i>1. o significado e a razão de ser deste escrito</i>	18
<i>2. chegando às Arcadas de São Francisco</i>	19
<i>3. o processualista de antigamente e os rumos da processualística moderna</i>	22
<i>4. entre duas ou mais gerações</i>	23
<i>5. do velho ao novo modelo processual brasileiro – acesso à justiça – a tutela coletiva</i>	26
<i>6. direito processual constitucional</i>	30
<i>7. a Reforma do Código de Processo Civil de 1973 pela Lei do Cumprimento de Sentença</i>	32
<i>8. o advento do Código de Processo Civil de 2015</i>	33
<i>9. o processo digital</i>	35
<i>10. heranças dos Códigos anteriores</i>	36
<i>11. o futuro do processo civil brasileiro</i>	38

Parte II – Minha Vida Profissional

<i>12. sobre o conteúdo deste capítulo</i>	40
<i>13. minha primeira experiência como docente de direito processual civil</i>	40
<i>14. Milão</i>	42
<i>15. a rotina da vida e das pesquisas na “Università degli Studi”</i>	44

16. a escolha do tema para a tese	45
17. meu convívio com Liebman	46
18. outros cursos na “Università degli Studi”	48
19. de volta ao Brasil e à Faculdade – uma decepção inicial e a maior de minhas surpresas	48
20. doutorado, livre-docência e titularidade	50
21. atividades em outras Faculdades brasileiras	51
22. palestras e cursos	53
23. congressos e minhas decepções	54
24. prefácios, homenagens e uma lembrança muito especial – Adroaldo	56
25. Ministério Público	58
26. três afastamentos	61
27. quinto constitucional	63
28. aposentadoria e advocacia	64
29. Lipari	65
30. minhas três profissões forenses	66

Parte III – Minhas Contribuições à Ciência Processual

31. minha maior vitória e meu maior orgulho	69
32. minhas ideias e propostas em processo civil	73
33. direito e processo	73
34. teoria geral do processo e a inclusão do processo arbitral nessa teoria geral	75
35. a instrumentalidade do processo	76
36. processo civil de resultados	76
37. os quatro institutos fundamentais do direito processual	77
38. a jurisdição ao centro dos institutos fundamentais	78
39. a jurisdição estatal como expressão do poder nacional	78
40. universalização da jurisdição	79
41. tutela jurisdicional a pessoas, não a direitos	80
42. contra o “processo civil do autor” – tutela jurisdicional ao autor ou ao réu, conforme o caso	80
43. interesse-necessidade e interesse-adequação	81

44. <i>litisconsórcio multitudinário</i>	81
45. <i>capítulos de sentença</i>	82
46. <i>coisas julgadas conflitantes</i>	82
47. <i>relativização da coisa julgada</i>	84
48. <i>súmulas vinculantes</i>	86
49. <i>a execução na teoria geral do processo civil</i>	87
50. <i>o título executivo como fator do interesse-adequação nas execuções forçadas</i>	87
51. <i>a regra da fidelidade da liquidação ao título executivo</i>	88
52. <i>o trato unitário das medidas urgentes</i>	89
53. <i>juízo do mal maior e juízo do direito mais forte</i>	90
54. <i>falsas condições da ação</i>	91
55. <i>os meus escritos</i>	92
56. <i>o retrato de uma vida profissional</i>	93

II – COISAS JULGADAS CONFLITANTES

1. <i>a elegante questão das coisas julgadas conflitantes – uma decisão polêmica do Superior Tribunal de Justiça</i>	98
2. <i>antecedentes</i>	99
3. <i>coisa julgada material: sua conceituação jurídica</i>	100
4. <i>justificação político-institucional e convivência com outros valores</i>	103
5. <i>tornando à questão central deste estudo</i>	104
6. <i>a eficácia natural dos atos estatais e a revogação de sentença por sentença</i>	105
7. <i>os ônus processuais e o regime processual das nulidades</i>	107
8. <i>confirmação da tese: o ônus de propor ação rescisória</i>	108
9. <i>a tese da prevalência da primeira coisa julgada – uma suposta inexistência jurídica da segunda sentença</i>	109
10. <i>a posição assumida pelo Superior Tribunal de Justiça em favor da prevalência da segunda coisa julgada</i>	112
11. <i>prevalência da segunda coisa julgada ainda quando obtida em processo iniciado antes do outro</i>	112
12. <i>três ou mais sentenças em conflito</i>	113
13. <i>coisas julgadas convergentes</i>	113

<i>14. julgamento antecipado parcial do mérito</i>	114
<i>15. decisão incidente sobre uma questão prejudicial</i>	114
<i>16. a coisa julgada arbitral</i>	114

III – O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, SUA ÁREA DE INCIDÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES

<i>1. o princípio da precaução e sua justificação no sistema do direito</i>	117
<i>2. princípio ou regra técnico-jurídica?</i>	118
<i>3. as dúvidas legitimadoras da aplicação do princípio da precaução – fatos ou direito – probabilidade e razoabilidade</i>	120
<i>4. princípio da precaução e princípio da prevenção</i>	121
<i>5. o princípio da precaução e os valores ambientais</i>	122
<i>6. a verdadeira dimensão do princípio – o juízo do direito mais forte e a instrumentalidade do processo</i>	124
<i>7. ainda a verdadeira dimensão do princípio – não só em relação ao ônus da prova</i>	128
<i>8. ônus da prova – apreciação geral do tema</i>	129
<i>9. flexibilização da distribuição do ônus da prova</i>	131
<i>10. a inversão do ônus da prova e sua distribuição dinâmica</i>	131
<i>11. limitações ao poder de flexibilizar a distribuição do ônus da prova – a garantia constitucional do devido processo legal</i>	133
<i>12. o princípio da precaução e as tutelas jurisdicionais de urgência</i>	135
<i>13. ainda as limitações ao poder de flexibilizar – prevenir ou acautelar e não remediar ou ressarcir</i>	136
<i>14. certeza, probabilidade e risco em direito processual</i>	139

IV – “SUPPRESSIO”, DIREITO E PROCESSO

I – VISÃO DE CONJUNTO E ORIGEM

<i>1. bases conceituais</i>	144
<i>2. entre o direito substancial e o processo – uma relevante colocação de cunho metodológico</i>	145
<i>3. exercício do direito de ação e exercício dos direitos substanciais – os direitos potestativos</i>	147
<i>4. dois pilares sistemáticos de primeira grandeza</i>	151

5. <i>denominação</i>	152
6. <i>origem pretoriana no direito alemão</i>	153

II – A “SUPPRESSIO” E O DIREITO

7. <i>natureza jurídica e distinção de outros institutos</i>	154
8. <i>“duty to mitigate the loss”</i>	157
9. <i>“surrectio”</i>	158
10. <i>uma “fattispecie” complexa – omissões prolongadas – culto à confiança – insuficiência do fator tempo</i>	159
11. <i>fundamento sistemático: dever de boa-fé objetiva e veto aos comportamentos contraditórios</i>	161
12. <i>ainda o art. 422 do Código Civil como fundamento legal da “suppressio” – a boa-fé objetiva</i>	165
13. <i>a “suppressio” e o “venire contra factum proprium” – condutas comissivas ou omissivas – o tempo e a confiança</i>	166
14. <i>sobre a confiança</i>	168
15. <i>elementos comuns e elementos peculiares ao “venire” e à “suppressio”</i>	170
16. <i>abuso do direito de ação</i>	171
17. <i>direitos com objeto pecuniário ou não-pecuniário</i>	173
18. <i>obrigações contratuais ou extracontratuais – direitos reais</i>	174
19. <i>precedentes do Superior Tribunal de Justiça</i>	175
20. <i>“suppressio” e Administração Pública</i>	177
21. <i>“suppressio”, confiança e equilíbrio</i>	180

III – “SUPPRESSIO” E TÉCNICA PROCESSUAL

22. <i>direito e processo – ainda a superada visão romanística do processo como via de exercício dos direitos</i>	181
23. <i>a postura da doutrina da “suppressio”</i>	183
24. <i>“suppressio”, dogmática processual e direito processual constitucional</i>	183
25. <i>vedado o conhecimento “ex officio”</i>	184
26. <i>as possíveis atitudes do obrigado – adimplemento, exceção, ação declaratória negativa, oposições à execução</i>	186
27. <i>impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução</i>	187

28. indispensável observância do contraditório	189
29. ônus da prova	190
30. julgamento de mérito	191
31. apelação, devolução oficial, recurso especial e ação rescisória ..	193

V – DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA

1. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	197
2. momentos para a verificação dos pressupostos do julgamento do mérito (processo de conhecimento)	198
3. documentos indispensáveis à propositura da demanda (art. 320)	200
4. os demais documentos: mérito	202
5. processo ou fase de conhecimento (não executivo, não monitorio)	202
6. síntese e conclusão: nem todos os documentos úteis são indispensáveis à propositura da demanda	205

VI – AS SENTENÇAS CONDICIONAIS NO QUADRO DAS SENTENÇAS INCOMPLETAS

1. o tema e a identificação dos problemas	207
2. condenações genéricas, para o futuro ou condicionais – espécies de condenações incompletas	208
3. não somente as sentenças condenatórias	210
4. o repúdio legal às sentenças condicionais e seu fundamento sistemático	211
5. variedade e heterogeneidade de espécies de condicionalidade – um imperioso corte metodológico	213
6. ainda a variedade de espécies de sentenças incompletas	214
7. graus de imperfeição das sentenças incompletas e a posição do Código de Processo Civil	216
8. denunciação da lide, uma demanda de caráter eventual e uma sentença condicional	216
9. sentenças para o futuro	218
10. risco praticamente nenhum e coisa julgada “rebus sic stantibus”	221
11. conclusões sobre as sentenças condicionais e as variações da condicionalidade	223

VII – FIANÇA E PROCESSO

1. <i>uma vital premissa metodológica</i>	225
2. <i>accessoriedade e benefício de ordem (sobre a distinção entre obrigação e responsabilidade)</i>	226
3. <i>espécies de fiança – modos e momentos de sua constituição</i>	230
4. <i>legitimidade passiva do fiador ao processo de conhecimento</i>	232
5. <i>chamamento ao processo</i>	233
6. <i>as possíveis defesas do fiador e as do devedor principal</i>	235
7. <i>a revelia de um dos demandados e a defesa oferecida pelo outro</i>	236
8. <i>capítulos de sentença e dimensões da coisa julgada</i>	238
9. <i>o fiador como assistente do afiado ou vice-versa</i>	240
10. <i>eficácia da intervenção (CPC, art. 123)</i>	241
11. <i>fiança e execução (aspectos gerais)</i>	242
12. <i>a fiança como título executivo tipificado em lei</i>	243
13. <i>o requisito da liquidez</i>	245
14. <i>exigibilidade</i>	247
15. <i>legitimidade passiva do fiador à execução</i>	248
16. <i>responsabilidade patrimonial</i>	248
17. <i>benefício de ordem</i>	250
18. <i>é indispensável alegar o benefício de ordem (exceção em sentido estrito)</i>	252
19. <i>ônus da prova</i>	255
20. <i>legitimidade ativa ulterior do fiador</i>	255
21. <i>sub-rogação e ação regressiva</i>	256
22. <i>sobre o fiador judicial</i>	257

VIII – SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

1. <i>dois temas versados pelo prof. José Carlos Barbosa Moreira</i>	262
2. <i>substituição processual</i>	263
3. <i>o interesse próprio defendido de modo indireto pelo substituto processual – uma relevantíssima premissa sistemática</i>	264
4. <i>direito alheio, ação própria e condição de parte no processo</i>	265
5. <i>o direito alheio e a demanda proposta pelo substituto</i>	266

6. <i>fundamentos da outorga de legitimidade extraordinária</i>	267
7. <i>o litisconsórcio necessário e o unitário – dois conceitos correlatos mas dois institutos independentes</i>	269
8. <i>a doutrina italiana do litisconsórcio necessário</i>	270
9. <i>a doutrina alemã e sua perversa repercussão no Código de Processo Civil brasileiro de 1973</i>	272
10. <i>o papel desempenhado pela doutrina brasileira</i>	272
11. <i>o litisconsórcio necessário-unitário</i>	273
12. <i>ainda a incindibilidade das situações jurídicas como fundamento da unitariedade e da necessidade do litisconsórcio</i>	274
13. <i>o acolhimento da tese de Proto Pisani na doutrina brasileira</i>	274
14. <i>tornando aos fundamentos da legitimidade extraordinária – uma inconstitucionalidade reversa</i>	275
15. <i>uma falsa hipótese de litisconsórcio necessário – mero “condicionamento” da legitimidade do substituto processual</i>	276
16. <i>em resguardo da constitucionalidade</i>	278
17. <i>nos processos coletivos – um imperioso corte sistemático</i>	280
BIBLIOGRAFIA GERAL	283